ISSN: 2358-8829

INCLUSÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO EQUITATIVA

Rogério Pereira da Costa [1]
Fernanda da Silva Pereira [2]
Daniela Rodrigues Laranjeira[3]
Thawane Estefann Alves dos Santos[4]
Nathielly Darcy Ribeiro Araújo [5]

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um princípio fundamental para a garantia do direito à educação, pois reconhece que todos os estudantes devem ter acesso à escola, participar das atividades e aprender em condições de equidade. Historicamente, as pessoas com deficiência enfrentaram exclusão social e educacional, sendo frequentemente encaminhadas a instituições segregadas. A partir das últimas décadas do século XX, documentos internacionais e políticas nacionais passaram a defender a escolarização em ambientes comuns e a transformação das instituições para acolher a diversidade.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 reconhece a educação como direito de todos; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece diretrizes para a educação especial; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) reforça o acesso à escolarização e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE); e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) determina a remoção de barreiras e a garantia de acessibilidade. Apesar desses marcos, a presença do estudante na escola não assegura, por si só, participação, aprendizagem e pertencimento.

O estudo justifica-se pela necessidade de compreender a distância que ainda pode existir entre os direitos previstos nos documentos legais e as condições concretas oferecidas nas escolas públicas. Seu objetivo geral é analisar os desafios, os avanços e

[1] Graduando do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA, rprogerio.83@gmail.com;
[2] Graduado pelo Curso de Pedagogia do Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA, fernandasilva35136@gmail.com;
[3] Graduado pelo Curso de Pedagogia do Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA, danielar.laranjeira@gmail.com;
[4] Graduado pelo Curso de Pedagogia do Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA, thawanealves1994@gmail.com;
[5] Doutora pelo Curso de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, nathiely.ribeiro@grupounibra.com;

as possibilidades da inclusão escolar na rede pública brasileira. Especificamente, busca discutir a influência das políticas públicas, da formação docente, das práticas pedagógicas, da acessibilidade e da articulação entre escola, família e comunidade. Para isso, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica qualitativa, cujos achados foram organizados por categorias temáticas. A análise indica que a inclusão depende de ações permanentes e articuladas, com recursos adequados, planejamento colaborativo e valorização das diferenças.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Este trabalho caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, baseada na análise de produções científicas e documentos oficiais relacionados à inclusão escolar nas escolas públicas brasileiras. O recorte bibliográfico considerado abrange publicações entre 2006 e 2024, sem excluir documentos legais e obras de referência necessários à contextualização histórica e conceitual do tema.

A busca de materiais considerou plataformas como Google Acadêmico, SciELO, Portal de Periódicos da CAPES e repositórios institucionais de universidades. Foram utilizados descritores relacionados a “educação inclusiva”, “escola pública”, “formação docente”, “Atendimento Educacional Especializado (AEE)”, “práticas pedagógicas inclusivas” e “políticas educacionais”. A seleção priorizou a pertinência ao tema, a consistência teórica e a relação com a realidade da educação básica pública.

A análise ocorreu por meio de leitura exploratória, seletiva e analítica, com comparação das contribuições dos autores e dos documentos selecionados. Os conteúdos foram organizados em cinco categorias: legislação e políticas públicas; práticas pedagógicas; formação docente; barreiras estruturais e atitudinais; e articulação entre escola, família e comunidade. Por se tratar de pesquisa bibliográfica, não houve coleta direta de dados com participantes. O estudo utiliza discussão de fontes publicadas e não apresenta imagens de terceiros.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva exige mudanças na cultura e na organização da escola, e não apenas a matrícula do estudante com deficiência. Stobäus e Mosquera (2006) destacam a necessidade de reconhecer as diferenças e rever concepções que pressupõem uma turma homogênea. A inclusão requer condições para que cada estudante participe das experiências escolares, tenha suas necessidades consideradas e desenvolva suas potencialidades.

Pacheco (2012) compreende a inclusão como compromisso ético e político baseado no respeito, no diálogo e na cooperação. Nessa perspectiva, o professor atua como mediador da aprendizagem e organiza experiências que favoreçam a participação de todos. Reily (2008), em diálogo com a perspectiva histórico-cultural de Vygotsky,

ISSN: 2358-8829

ressalta a importância das interações sociais e de diferentes linguagens, materiais e recursos como mediadores do desenvolvimento. Atividades colaborativas, materiais concretos, recursos visuais e tecnologias assistivas podem ampliar as possibilidades de aprendizagem quando escolhidos de acordo com as necessidades dos estudantes.

A contribuição de Paulo Freire (1996) reforça o papel do diálogo e da valorização dos saberes dos educandos. Uma prática inclusiva considera as experiências dos estudantes e constrói oportunidades de participação, em vez de atribuir as dificuldades exclusivamente ao indivíduo. A escola precisa, portanto, planejar estratégias flexíveis, adaptar formas de comunicação e registro e promover relações respeitosas entre os membros da comunidade escolar.

No âmbito legal, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) orientam a oferta de acessibilidade e de apoios necessários à escolarização. Contudo, conforme discutem Garcia et al. (2006), a efetivação da inclusão demanda participação conjunta da escola e da família. A legislação constitui uma base indispensável, mas sua concretização depende de investimento, formação continuada, organização do trabalho pedagógico e acompanhamento sistemático.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A leitura e a comparação das fontes permitiram sistematizar os principais achados em cinco categorias analíticas. A primeira refere-se às políticas públicas e à legislação. Os documentos brasileiros ampliaram o reconhecimento da educação como direito e estabeleceram obrigações relacionadas ao acesso, ao atendimento especializado e à acessibilidade. Entretanto, a existência de normas não garante implementação uniforme: a efetividade depende de planejamento, recursos, acompanhamento e compromisso institucional.

A segunda categoria envolve as práticas pedagógicas. A literatura aponta que a inclusão exige propostas flexíveis, adequação de materiais, diversificação das formas de participação e avaliação e uso de recursos acessíveis. O planejamento colaborativo entre o professor da sala comum e os profissionais do AEE pode favorecer a continuidade dos apoios, desde que não mantenha o atendimento especializado isolado do currículo desenvolvido com a turma. Estratégias como trabalho em duplas, atividades em pequenos grupos, materiais manipuláveis e recursos de comunicação devem ser planejadas conforme as características e os objetivos de aprendizagem de cada estudante.

A terceira categoria é a formação docente. Os estudos discutidos evidenciam a importância de processos de formação inicial e continuada que articulem fundamentos teóricos e situações concretas do cotidiano escolar. A formação precisa apoiar o professor na identificação de barreiras, no planejamento de adaptações e na avaliação da aprendizagem, evitando que a responsabilidade pela inclusão seja atribuída

exclusivamente a um profissional. A troca de experiências entre docentes e equipes pedagógicas também pode contribuir para a construção de respostas coletivas.

A quarta categoria compreende barreiras estruturais, comunicacionais e atitudinais. A falta de acessibilidade física, materiais adaptados, tecnologias assistivas e apoio especializado pode restringir a autonomia e a participação dos estudantes. Somam-se a essas limitações atitudes preconceituosas e expectativas reduzidas sobre as possibilidades de aprendizagem. Tais barreiras não devem ser interpretadas como limitações individuais do aluno, mas como aspectos que a instituição precisa identificar e enfrentar.

A quinta categoria destaca a colaboração entre escola, família e comunidade. O diálogo regular favorece a compreensão das necessidades dos estudantes e a continuidade dos apoios. A participação familiar, porém, não substitui as responsabilidades do poder público e da escola. É necessário que as instituições criem canais de comunicação acessíveis, espaços de escuta e planejamento conjunto, respeitando as particularidades de cada contexto.

Em conjunto, os achados convergem com a compreensão de que inclusão significa garantir acesso, participação, aprendizagem e pertencimento. A perspectiva de Vygotsky, discutida por Reily (2008), ajuda a compreender a relevância das interações e das mediações; Freire (1996) reforça o diálogo como parte da prática educativa; e Pacheco (2012) evidencia a dimensão ética e política da inclusão. Assim, os resultados desta revisão não constituem dados empíricos de campo, mas uma síntese analítica da literatura consultada, que aponta a necessidade de aproximar as garantias legais das práticas escolares cotidianas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise bibliográfica indica que a inclusão escolar nas escolas públicas brasileiras avançou no plano legal e conceitual, mas ainda enfrenta desafios para se efetivar plenamente. Entre os principais obstáculos discutidos estão a acessibilidade insuficiente, a escassez de recursos pedagógicos, as dificuldades na formação docente e a articulação limitada entre os serviços de apoio e o ensino comum. Esses fatores podem comprometer a participação e a aprendizagem dos estudantes quando não são enfrentados de forma planejada.

Conclui-se que a construção de uma escola inclusiva requer ações integradas: investimento em acessibilidade; formação continuada de professores e gestores; planejamento colaborativo; utilização de estratégias e recursos diversificados; fortalecimento do AEE em articulação com a sala comum; e diálogo contínuo com as famílias e a comunidade. A responsabilidade pela inclusão é institucional e coletiva, não podendo recair apenas sobre o estudante, sua família ou um único profissional.

Como contribuição, o trabalho organiza desafios e possibilidades que podem apoiar reflexões de docentes, gestores e pesquisadores. Por ser uma pesquisa bibliográfica, não permite generalizar resultados sobre uma escola ou rede específica.

Estudos futuros podem incluir pesquisas de campo, entrevistas com profissionais e famílias e análise de práticas escolares, a fim de compreender como as políticas inclusivas são implementadas em diferentes realidades. A efetivação do direito à educação depende da continuidade desse compromisso ético, pedagógico e político com a equidade e a valorização da diversidade.

Palavras-chave: Inclusão escolar; Diversidade; Escola pública; Educação especial; Equidade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos que contribuíram para as discussões e para o desenvolvimento deste trabalho acadêmico.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, Mel. Guia para a educação inclusiva: desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas. Tradução de Juliana Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. Index para inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, R. M. C. et al. Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso? Porto Alegre: Mediação, 2006.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Educação inclusiva no Brasil: avanços e desafios. 2019.

PACHECO, José. Caminhos para a inclusão. Porto: ASA, 2012.

REILY, Lúcia. Escola inclusiva: linguagem e mediação. Campinas: Papirus, 2008.

RODRIGUES, Irene Elias. Educação inclusiva no contexto escolar. São Paulo: Cortez, 2018.